

ALTERNATIVAS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA CAMPONESA NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTO-SUSTENTÁVEL¹

Valéria de Marcos²

Resumo: O presente trabalho apresenta e analisa algumas alternativas para a produção agrícola camponesa pensadas e realizadas na ótica do desenvolvimento local auto-sustentável. Parte-se de um estudo sobre a teoria do desenvolvimento local auto-sustentável para em seguida passar a analisar algumas experiências concretas – divididas em produção e comercialização alternativas – todas elas realizadas na Itália, local onde o presente estudo foi desenvolvido. Como exemplos de produção alternativas são tratadas: a experiência piloto de prática do desenvolvimento local auto-sustentável no Vale do Rio Bisenzio, na Toscana; a agricultura sinérgica; o movimento *Slow Food* e os “ecovilagios”. Como exemplos de comercialização alternativas são tratados: o Consórcio Radici; a “*fierucola*” de Florença; os Grupos de Aquisição Solidários e o comércio equo e solidário. Da análise destas experiências emergem interessantes pontos em comum com as propostas apresentadas por Kropotkin, principal representante da corrente anarco-comunista.

Palavras-chave: Desenvolvimento local auto-sustentável; produção camponesa; auto-sustentabilidade; produção alternativa; comercialização alternativa

ALTERNATIVES FOR THE PEASANT AGRICULTURE PRODUCTION ON THE OPTICS OF THE LOCAL SELF- SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Abstract: The present work presents and analyzes some alternatives for the peasant agriculture production, thought and accomplished on the optics of the local self-sustainable development. It is based on a study about the theory of the local self-sustainable development, and from it begins to analyze some concrete experiences – divided in alternative production and commercialization – all of them accomplished in Italy, the place where this study was developed. As examples of alternative productions, are treated: the pilot experience on the practice of the local self-sustainable development on the Valley of Bisenzio River, in Tuscany; the synergic agriculture; the Slow Food movement and the "ecovilagios". As examples of

¹ Trabalho apresentado, com algumas modificações, na Comunicação Coordenada **Frações do território camponês** realizada durante o **VI Congresso Nacional de Geógrafos**, ocorrido em Goiânia-GO, em julho de 2004. O presente artigo trata sucintamente de uma parte dos resultados obtidos durante a realização da tese de doutorado em **Geografia e planificação da paisagem para a valorização do patrimônio histórico e ambiental**, realizada junto à Università degli Studi di Genova, Itália, sob a orientação do Prof. Massimo Quaini e defendida em abril de 2004.

² Professora Doutora do Depto. de Geociências CCEN UFPB e do Programa de Pós Graduação em Geografia (Mestrado) do Depto. de Geociências CCEN UFPB. Email: demarcos.valeria@terra.com.br

alternative commercialization, are treated: the Radici Trust; the "fierucola" in Florence; the Solidaries Acquisition Groups and the equo and solidary commerce. From the analysis of these experiences emerges interesting points in common with the proposals presented by Kropotkin, principal person representing the anarchist-communist thought.

Key-words: Local self-sustainable development; peasant production; self-sustainable; alternative production; alternative commercialization.

INTRODUÇÃO

A fase atual de desenvolvimento capitalista, caracterizada por uma globalização cada vez mais excludente, tem sido marcada pela busca e realização de formas alternativas de produção e comercialização. Estas novas formas visam a construção de uma relação mais harmônica com o território, capaz de garantir um modelo de desenvolvimento mais igualitário e menos excludente, baseado nas potencialidades do território e da comunidade que o realiza. Isto quer dizer, alcançar um desenvolvimento de base local e *auto-sustentável*.

Desde os anos 1980, o termo *desenvolvimento sustentável* passou a fazer parte dos discursos oficiais e acadêmicos. Na maior parte dos casos, porém, era utilizado totalmente esvaziado de significado. Muitos intelectuais passaram inclusive a negá-lo, em função do uso oficial que dele se fazia. Outros, ao contrário, passaram a realizar uma discussão crítica sobre o mesmo, e a propor caminhos alternativos àquele oficial. Recuperar essa discussão é de fundamental importância para que se possa acertar no futuro e auxiliar, de alguma forma, na construção de um "*outro mundo*", para utilizar o slogan do movimento *no global* originado com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e, com ele, de uma outra forma de desenvolvimento, diversa daquela hegemônica. Este artigo pretende recuperar essa discussão e

colocar algumas questões para reflexão sobre a teoria e a prática do *desenvolvimento local auto-sustentável*.

DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTO-SUSTENTÁVEL: TEORIA E PRÁTICA

Ponto de partida para a compreensão das bases sobre as quais se assenta a proposta de desenvolvimento local auto-sustentável como apresentada por Magnaghi (2000a) é a idéia de que o território deva ser compreendido como produto histórico de processos co-evolutivos de longa duração entre sociedade e ambiente, entre natureza e cultura, resultado, portanto, da transformação do ambiente por ação de sucessivos ciclos de territorialização. Mais do que isto, é necessário pensar o território, como ressalta Oliveira (2005, p. 74),

como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

Trata-se de um produto concretizado através de processos de territorialização, cujo estudo se torna fundamental para a compreensão da identidade do lugar e de suas dinâmicas reprodutivas.

A evolução do território se dá através do processo denominado por Raffestin de TDR: territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Com exceção do primeiro ciclo, todos os demais ocorrem em um território já construído, o qual vem reinterpretado e reconstruído através da luta de classes contínua travada no seio da sociedade. Tal fato confere ao território uma profundidade histórica, cujo estudo serve a identificar as regras de sabedoria ambiental, responsáveis pela realização do tipo e da personalidade dos lugares. As estruturas que se mantêm inalteradas no

decorrer dos vários ciclos de territorialização são denominadas por Magnaghi *invariantes estruturais* e constituem os *sedimentos* através dos quais é possível realizar o referido estudo.

Cada ciclo de territorialização acumula e deposita sua própria *sabedoria ambiental*. Esta, não apenas enriquece a identidade territorial como também contribui à sua conservação e reprodução. Concretiza-se, assim, uma transformação na forma de concepção e no papel que o território assume, deixando de ser considerado como *base/suporte* para as atividades econômicas para ser pensado como *produtor* de desenvolvimento, como um *patrimônio a ser valorizado*. Juntamente com tal concepção, emerge a necessidade de se pensar e agir localmente, motivo pelo qual o “local” e a territorialidade que ele determina se transformam em problemas essenciais para o novo tipo de desenvolvimento. Dessa forma, a sustentabilidade do desenvolvimento depende de um novo modo de produção do território, sensível às regras de seu funcionamento e capaz de estabelecer relações sinérgicas entre todas as dimensões territoriais existentes. É neste contexto que o local se torna o ponto central no interior do debate sobre a auto-sustentabilidade do desenvolvimento.

AS ORIGENS HISTÓRICAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CONSTRUÇÃO OFICIAL DO CONCEITO

A lógica capitalista do desenvolvimento a qualquer preço levou a humanidade a uma crise ambiental sem precedentes. O uso indiscriminado dos recursos naturais e a instalação de indústrias altamente poluidoras colocaram a humanidade diante da previsão de colapso em um curto espaço de tempo, caso fossem mantidos o ritmo e

a ética do desenvolvimento, então em curso. O sinal de alarme foi dado em 1972 por duas vezes consecutivas: pela Conferência de Estocolmo, convocada pela ONU para definir uma forma de desenvolvimento compatível com a sobrevivência física do planeta, e pelo Relatório do Clube de Roma, *Limits of Growth*, que pela primeira vez denunciou o fim dos recursos naturais e das matérias-primas não renováveis, concluindo que a humanidade teria alcançado o seu limite natural de desenvolvimento até o ano de 2072, caso fossem mantidos o ritmo e a lógica do desenvolvimento então em curso. Tais denúncias, porém, não desencadearam as ações que teriam levado à mudança necessária, e a situação continuou a agravar-se.

Três anos mais tarde, em Uppsala, o documento *What now? Another development*, elenca os três pontos que se tornaram os preceitos normativos do desenvolvimento **alternativo**, que mais tarde passou a ser chamado de *desenvolvimento sustentável*: **1.** ser orientado à satisfação das necessidades fundamentais de todos (*basic needs*), **2.** ser endógeno e baseado nas forças da sociedade que o realiza (*self-reliance*) e **3.** estar em harmonia com o ambiente (*ecodesenvolvimento*). O documento refere-se ainda ao problema acesso aos recursos/*questão demográfica*, deixando claro que não era o ritmo de crescimento da população do Terceiro Mundo o responsável pelo esgotamento dos recursos, mas sim a monopolização e o mau uso destes por parte de uma minoria da população mundial, composta pela camada mais rica dos países de economia avançada. O documento não negava a existência do problema demográfico, mas dava ao mesmo a sua devida importância.

A estas advertências seguiram-se estudos como aqueles de I. Sachs (1986), *Ecodesenvolvimento* e de Schumacher (1978), *Negócio é ser pequeno: um estudo*

de economia que leva em conta as pessoas. Ambos foram realizados nos anos 70 e insistiram cada vez mais sobre a necessidade de garantir o acesso aos recursos naturais da Terra a todos os seus habitantes. Sachs destacava a importância de se buscar um estilo de desenvolvimento que unisse o crescimento econômico ao desenvolvimento humano³, de se colocar limites ao crescimento sem que, para isso, fosse necessário interrompê-lo – como passava a ser proposto pelas teorias do “crescimento estacionário” ou “crescimento zero”, das quais Daly é o principal representante⁴ – bem como de se usar indicadores de desenvolvimento que levassem em consideração, além dos dados econômicos, também aqueles sociais, com vistas a restituir ao desenvolvimento duas de suas dimensões fundamentais: a endógena e a local.

Schumacher defendia a necessidade de encontrar um novo estilo de vida, com novos métodos de produção e novos modelos de consumo, capazes de durar estavelmente no tempo. O autor chama a atenção para a importância de se privilegiar, sempre que possível, a escala local para as ações de desenvolvimento, e destaca três pontos que deveriam ser levados em consideração na sua busca: **1.** a instrução, fundamental para o desenvolvimento de um país; **2.** as práticas agrícolas realizadas, levando em consideração a realidade e os saberes locais e **3.** a necessidade de se investir no que denomina *tecnologia intermediária*, aquela que utiliza o conhecimento e a experiência moderna e que, conduzindo à desconcentração, é compatível com as leis da ecologia, atenta ao uso dos recursos

³ O autor propõe o primado das necessidades sociais sobre aquelas do produtivismo em senso estreito.

⁴ Conforme Greco (2002), Herman Daly é o autor que mais se destaca na discussão sobre o “crescimento estacionário”, que propunha um bloqueio substancial da produção e do consumo de bens materiais como único modo possível de se compreender o desenvolvimento sustentável.

e projetada para servir à pessoa. Tal proposta tem sido retomada na atualidade com o nome de *tecnologia social* ou *tecnologia apropriada*.

Tornava-se, pois, sempre mais clara a necessidade de concentrar a atenção no homem e no desenvolvimento humano, e não apenas no crescimento econômico, como indicadores e índices de desenvolvimento. Em outras palavras, tratava-se de dar a cada um dos três pilares de sustentação do desenvolvimento **alternativo** a mesma importância. Porém, esta compreensão ocorria apenas em nível teórico. Na prática, a discussão sobre o *desenvolvimento sustentável* esteve – e em alguns casos ainda permanece – ligada muito mais ao ambiente do que ao homem, dentro de uma visão dicotômica que coloca de um lado a natureza e de outro o homem ou, quando muito, a sociedade. Mais do que isto, esta discussão acabou sendo apropriada e conduzida pelas *vias oficiais*, e o que poderia ter se tornado prática, acabou transformando-se em discurso, e um discurso de parte, que visa legitimar a continuidade do ritmo de desenvolvimento dos países de economia avançada e a estabelecer regras e limites aos demais. Tais fatos deram origem, de um lado, a um posicionamento crítico por parte da academia e, de outro, ao surgimento de uma série de movimentos contestatórios, os movimentos ecológicos. Várias passaram a ser as frentes de ação destes movimentos, colocando em evidência seu caráter plural e difuso.

Por trás da proposta de uma nova relação sociedade/natureza, proposta pelos movimentos ecológicos, está a busca de um novo estilo de vida, de uma nova cultura, de uma nova ética de desenvolvimento. Não há, porém, uma necessária coincidência entre interesses ambientais e sociais. Na verdade, muitos deles centraram a atenção nas questões *ambientais*: defendendo a preservação ou a conservação – no melhor dos casos – da natureza, boa parte destes movimentos

deixou de lado as questões sociais, colocando em risco as condições de vida e sobrevivência de comunidades ribeirinhas, camponesas, grupos indígenas, a favor da defesa da natureza. Ao agirem desta forma, também os movimentos ecológicos distanciaram-se dos três pilares de sustentação do desenvolvimento **alternativo**, perdendo, a seu tempo, a oportunidade histórica de construir, com a sociedade, um *outro modelo* de desenvolvimento, em oposição àquele que continuava a ser realizado, agora sob o manto da “sustentabilidade”.

Os resultados destas práticas também não demoraram a se fazer sentir. Durante os anos 1980, os princípios da *self-reliance* e da *basic needs* cederam lugar àquele da *ecocompatibilidade*, e foram traduzidos nos estudos e relatórios de impacto ambiental – os EIA/RIMA – que passaram a figurar, via de regra, apenas pró-forma. Aliás, na maior parte dos casos, estes estudos, pagos pela parte interessada, eram feitos após a realização da obra – e do impacto – apenas para cumprir a legislação vigente, não possuindo nenhuma ação sobre o ritmo nem sobre a ética do desenvolvimento em curso. Embora coubesse ao Estado um controle mais efetivo sobre tais impactos, que deveria traduzir-se numa análise minuciosa do relatório e na fiscalização da obra antes da concessão da autorização, na prática, a lógica do desenvolvimento “a qualquer preço” acabou comprometendo a sua realização. É neste contexto que os conceitos de *sustentabilidade* e de desenvolvimento *sustentável* passaram a ganhar espaço nos discursos oficiais e a serem usados indiscriminadamente, na maioria das vezes esvaziados de significado, como legitimadores da forma de desenvolvimento em curso, outra razão de sua grande rejeição no seio da academia.

A sociedade não assistiu a isso tudo de forma passiva. Ao contrário, ela foi, aos poucos, construindo sua própria resposta a esta situação. As comunidades

inseridas em *ambientes* que estavam prestes a serem transformados em *santuários*, começaram a fazer ouvir sua voz, demonstrando saber o que queriam para o próprio futuro. O caso da floresta amazônica é emblemático neste sentido. Foi com Chico Mendes que a sociedade mundial, e com ela aquela brasileira, “descobriu” que a floresta amazônica era ocupada pelos *povos da floresta*: seringueiros, camponeses, ribeirinhos, índios que nela – e dela – viviam, em completa integração e harmonia. Sendo assim, eram eles os principais interessados no seu uso *sustentável*, e qualquer projeto, dali para frente, deveria levá-los em consideração. Fatos como esse foram decisivos para a mudança de perspectiva e das estratégias de ação dos movimentos ecológicos que passaram, a partir de então, a pressionar para que a componente social fosse incorporada no interior dos estudos de impacto ambiental.

No final dos anos 1980, em resposta a estas pressões, um novo passo foi dado pela ONU na tentativa de recuperar a discussão inicial e redirecionar os caminhos que estavam sendo trilhados pelos Estados. É neste contexto que se inserem o Relatório Bruntland, realizado por solicitação da ONU, e o Relatório do Wuppertal Institut. Foi neste contexto que emergiu um novo conceito de *sustentabilidade*, oposto àquele dominante, que voltou a dar ênfase à *self-reliance* enquanto garantidora de sua efetiva realização.

O Relatório Bruntland colocou em evidência um conceito de desenvolvimento ampliado, chamando a atenção para a necessidade de se pensar em novos modelos de desenvolvimento, capazes de garantir, de um lado, o progresso humano em todo o planeta e, de outro, um futuro de longa duração. Sua tese central é a de que o desenvolvimento sustentável deve ser capaz de satisfazer as necessidades humanas da geração presente, sem comprometer àquelas das gerações futuras. Torna-se clara a necessidade de se pensar em tecnologias que levem em

consideração a *sustentabilidade* do desenvolvimento, sobretudo no que se refere ao acesso aos recursos naturais e à absorção dos rejeitos, além da necessária integração entre os problemas de ordem econômica e ecológica. Chama-se ainda a atenção para a necessidade da participação da comunidade, através do fortalecimento de práticas de democracia participativa, como forma de garantir a efetiva realização das propostas apresentadas.

Com o Relatório Wuppertal, consolida-se a idéia de desenvolvimento sustentável enquanto uma forma de desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades das gerações presentes, sem o comprometimento daquelas das gerações futuras. Os dois relatórios, porém, apresentam ainda um forte comprometimento com a garantia do desenvolvimento dos países de economia avançada. Ao retirarem do foco das discussões a questão da luta de classes travada no seio e entre diferentes países pela apropriação dos recursos naturais, expressa em modelos de desenvolvimento antagonismos entre sí, e ao apresentarem à sociedade a possibilidade de um desenvolvimento igualitário para todo o planeta, os dois relatórios constituem-se mais em uma resposta à pressão exercida pela sociedade do que um compromisso com alguma mudança, razão pela qual muitas de suas propostas continuam sem sair do papel.

Com o intuito de iniciar a mudança sugerida pelos relatórios, a ONU adotou algumas medidas. Lançou o *Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas*, passando a publicar, a partir de 1990, uma classificação dos países de acordo com o nível de desenvolvimento humano alcançado. Convocou a *Conferência do Rio sobre o Ambiente e o Desenvolvimento*, em 1992, onde foi destacada a ligação entre desenvolvimento e ambiente, momento no qual os chefes de Estado de mais de 170 países presentes assumiram o compromisso de iniciar uma política comum para o

ambiente e o desenvolvimento econômico. Realizou ainda a *Conferência de Istambul*, em 1996, onde, através da **Agenda Habitat II**, procurou colocar em prática uma outra concepção de participação e cidadania, estimulando processos de democracia participativa e associativismo, com o objetivo de desencadear um desenvolvimento endógeno do tipo *bottom up*, de baixo para cima.

Os problemas continuaram a existir e, mais uma vez, entre a teoria e a prática se construiu um abismo. No que se refere ao *Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas*, todos nós sabemos das estratégias usadas pelos Estados para “melhorar a posição” na classificação geral, sem que isso signifique melhorias efetivas para a sua população e, portanto, quanta “relatividade” deva ser dada a estes dados. As *Agendas Habitats* e as *Agendas 21* transformaram-se em “receituários”, sendo impostas às comunidades pobres dos países subdesenvolvidos, desconsiderando-se totalmente a perspectiva da autodeterminação e da necessidade da busca de modelos endógenos de desenvolvimento (*self-reliance*). A única mudança ocorrida refere-se à denominação dada a estes países: de subdesenvolvidos, eles passaram a ser chamados de *em desenvolvimento*, numa clara manobra para tentar esconder a enorme distância existente entre os países capitalistas de economia avançada e os demais, a qual, até então, tinha sido escondida por trás da disputa econômica e política entre capitalismo e socialismo. Além disso, ao tratar da questão ambiental como um problema *geracional*, tende-se a desqualificar a sua verdadeira essência, qual seja, a do enorme conflito de classes e de projetos distintos que nela se subjaz.

E mais: dez anos mais tarde, em Johannesburgo, se deu o reconhecimento da total falência das decisões políticas assumidas durante a *Eco 92*. Um crescimento econômico sem precedentes havia dado origem a um número

igualmente sem precedentes de pessoas incapazes de satisfazer suas necessidades básicas como ter acesso à água potável, comer, viver em condições higiênicas aceitáveis, ter acesso à educação, ter um emprego e uma renda digna. Conforme Greco, na década que separou a *Conferência do Rio* daquela de *Johannesburgo*, o crescimento da economia não se tornou nem ecologicamente nem socialmente sustentável. Pior do que isto: não foi sequer ecologicamente ou socialmente menos desastroso do que o da década que antecedeu a *Conferência do Rio*. Os países de economia avançada continuaram sem questionar o próprio modelo de desenvolvimento⁵ e a responsabilizar aqueles *em desenvolvimento* pelo aumento dos problemas ambientais.

UMA NOVA PERSPECTIVA PARA UM VELHO CONCEITO

Enquanto pela via *oficial* a situação não sofreu alteração, por aquela *alternativa* as coisas começaram a mudar. Na discussão acadêmica travada por um grupo de intelectuais, os preceitos normativos do desenvolvimento **alternativo** passaram a ser recuperados, dando origem também a práticas realizadas em sintonia com esta nova discussão. É neste contexto que Tarozzi (1990) destaca a necessidade de restituir ao termo *sustentabilidade* a sua dimensão de *auto*, ou seja, a *self-reliance*, e de dar a esta a mesma força dada ao *ecodesenvolvimento*. O autor

⁵ Vale lembrar a recusa, por parte dos Estados Unidos, em assinar o protocolo de Kyoto e a estratégia encontrada – de financiar projetos de preservação ambiental nos países *em desenvolvimento* – para poder continuar com seu ritmo e modelo de desenvolvimento.

destaca a necessidade de se pensar em um conceito de *auto-sustentabilidade* enquanto um misto de *sustentabilidade* – continuar a perseguir os objetivos do projeto no tempo – e de *self-reliance* – incentivo a uma forma de planejamento endógena, baseada nas forças da comunidade interessada.

É, pois, deste quadro que emergem as características discriminantes do *desenvolvimento auto-sustentável*. Este deve ser formulado e gerido pelos seus participantes, ou seja, **1.** deve-se levar em consideração as necessidades da comunidade (*basic needs*); **2.** deve-se ser ao mesmo tempo *endógeno*, isto é, deve ser promovido e gerido pela comunidade local (*self-reliance*) e **3.** deve-se ser capaz de dialogar com o ambiente externo e, assim, ser capaz de avaliar o seu impacto sobre o ambiente e de pensar em novas estratégias de ações, sempre que estas se fizerem necessárias (*ecodesenvolvimento*). Soma-se a estas, uma quarta característica, destacada por Quaini (2000, 2002), **4.** deve-se respeitar os *saberes locais* para sua realização.

Toda esta discussão fez emergir também a necessidade de se privilegiar a dimensão *local* do desenvolvimento, enquanto aquela onde se pode agir em uma forma mais concreta e eficaz, entendendo o território como um patrimônio a ser valorizado, aumentando assim, suas riquezas e colocando em movimento o processo de reterritorialização. São estas as considerações que deram origem ao conceito de ***desenvolvimento local auto-sustentável***, como entendido e proposto por Magnaghi (2000a, 2000b, 2001), através da **escola territorialista** de planejamento na Itália, e do qual me sirvo nos estudos que tenho realizado recentemente.

Os preceitos normativos que constituem o conceito de *desenvolvimento local auto-sustentável* nada mais são do que a retomada das propostas anarquistas da

autogestão (*self-reliance*), da busca da satisfação das necessidades da população (*basic needs*), e da necessidade de **considerar a terra como um patrimônio comum, do qual dispor em vantagem de cada um e de todos** (*ecodesenvolvimento*), da necessidade de **integrar as atividades agrícolas àquelas industriais de base local,**

como proposto por Kropotkin⁶, buscando, assim, fechar o ciclo ecológico, construir as fileiras econômicas e, por quanto possível, alcançar a auto-suficiência. E é em um cenário onde o crescimento econômico não é mais sinônimo de crescimento da riqueza e onde o território passa a ser considerado como um patrimônio a ser valorizado, a partir dos seus habitantes/produtores que o constroem dia após dia, que tal conceito é reemerso.

A realização desta *nova (u)topia do desenvolvimento local auto-sustentável* requer igualmente que existam sujeitos aptos a agir, aqueles que Magnaghi (2000a) chama de “atores da mudança”. Tais sujeitos já existem, e as suas ações se fazem sentir no território, assumindo um caráter *difuso e integrado*, seja através da passagem de movimentos puntiformes sobre o território a ações que atravessam a vida cotidiana – como formas de associativismo, de ajuda mútua, etc – seja através do aumento da busca de soluções globais e mais estruturadas. Difundem-se experiências *profissionais auto-reflexivas*, através da mudança de postura por parte de diversos profissionais, que passam a ter uma ação de maior empenho/engajamento e de interação com as comunidades locais. Ampliam-se as experiências de produção e comercialização *alternativas*, que deixam de ser apenas

⁶ Kropotkin defende esta idéia em *Campos, fábricas e oficinas*, pensando na auto-suficiência no interior de um único país. Tal auto-suficiência seria alcançada com a diversificação da produção, a integração entre atividade agrícola e industrial e o primado do mercado interno sobre aquele externo. Atualmente, a busca da auto-suficiência encontra-se presente em algumas das experiências dos *ecovilágios* na Europa. (Para maiores detalhes, ver Marcos, 2004, capítulos 2, 6, 8 e anexo 1).

experiências de elite e marginais, passando a *integrar-se com os tecidos produtivos em transformação*, para marcar a evolução em direção a práticas de desenvolvimento auto-sustentáveis.

O estudo das práticas realizadas por esses “atores da mudança” revelou uma gama de experiências muito diversas entre si, demonstrando o quanto são amplas e diversas as possibilidades de alcançar a *auto-sustentabilidade local do desenvolvimento*. Todas as experiências por mim estudadas – que chamei de *novas (u)topias* – se inserem no interior de um projeto mais amplo, mais ou menos declarado, mais ou menos consciente, de construção de uma *alternativa* à sociedade atual, onde a humanização do homem tem um lugar central, onde o ambiente e a comunidade na qual mora, ou seja, o *local*, se torna a verdadeira dimensão da vida e do desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTO-SUSTENTÁVEL EM AÇÃO

A prática do desenvolvimento local auto-sustentável é, como apenas dito, plural e complexa. São inúmeras as experiências que tentam em algum modo colocar em prática as orientações sobre o caminho necessário para se atingir a auto-sustentabilidade local do desenvolvimento. O estudo de algumas destas experiências presentes, na maior parte dos casos, em território italiano, permitiu a constatação de que estas se dividem, em linha geral, em dois grandes conjuntos: aquelas em que a preocupação com a auto-sustentabilidade do desenvolvimento se concentra na busca de uma **produção alternativa** e aquelas em que tal preocupação se concentra na busca de uma **comercialização alternativa**.

No que se refere à **produção alternativa**, podemos citar quatro experiências muito diversas entre si, todas igualmente importantes. A primeira, a experiência piloto do Vale do Rio Bisenzio, na Toscana, fruto de uma tentativa concreta, realizada sob a coordenação de Magnaghi, de experimentar sobre o território a operacionalidade/viabilidade das propostas de desenvolvimento local auto-sustentável. Tal experiência foi fruto de uma iniciativa proposta pela ANCI TOSCANA⁷ de aumentar o papel desempenhado pelas prefeituras municipais no que se refere às políticas de valorização do patrimônio territorial na ótica do desenvolvimento local auto-sustentável. No Vale do Rio Bisenzio a atuação foi dividida em duas etapas: a primeira, composta da individuação das potencialidades territoriais através da identificação da *identidade territorial* e da apresentação de algumas propostas de ações com vistas à auto-sustentabilidade do desenvolvimento. A segunda, em andamento durante a realização do estudo, composta pela implantação das propostas consideradas pela comunidade insediada como as mais pertinentes.

A segunda experiência estudada foi a da prática da *agricultura natural* proposta por Fukuoka no Japão e transformada em *agricultura sinérgica* através de sua adaptação à realidade europeia iniciada por Hazelip na Espanha e continuada na Itália por De Falco e Fabbricini. Trata-se de uma forma inovativa de praticar a agricultura, baseada na auto-fertilização do solo. O princípio norteador é aquele de deixar a natureza agir por si própria.

⁷ Uma associação nacional dos municípios italianos, neste caso daqueles concentrados na Região Toscana. Tal associação contou com o apoio das universidades toscanas para a realização desta iniciativa.

No caso da *agricultura sinérgica*, o solo vem inicialmente preparado através da construção dos “canteiros” – organizados de modo a permitir o plantio e colheita sem que para isso seja necessário pisá-lo –, da instalação de um sistema de irrigação e da escolha dos produtos a serem semeados. Concluída a fase preparatória, os produtos são semeados – em um mesmo canteiro são colocados o maior número possível de espécies – cobertos com palha ou outra cobertura biodegradável e serão cultivados sem o uso de adubo, fertilizante, pesticidas e sem que seja realizada a movimentação da terra⁸. O resultado são hortas férteis e produtivas que oferecem em uma mesma área – ainda que pequena – uma grande variedade de produtos de qualidade superior – tratam-se de produtos orgânicos livres de qualquer tipo de produto químico ou mesmo naturais – capazes de satisfazer amplamente as necessidades de consumo de um grande número de pessoas.

A terceira experiência estudada é aquela realizada por **Slow Food**, movimento nascido na Itália e atualmente de dimensão internacional. Trata-se de um movimento cujo principal objetivo é a identificação e valorização de gêneros alimentícios em risco de desaparecimento. Estes podem ser agrícolas ou de produção artesanal, mas devem ser produzidos somente localmente, com uma forte ligação ao território, e seguindo regras passadas de geração em geração. Nascido em oposição ao *Fast Food* e à homologação cultural por ele imposta, **Slow Food** tem como grande linha de ação a reeducação ao gosto e à valorização da produção local. As estratégias de ação colocadas em prática são de vários tipos: de atividades

⁸ Depois do plantio os canteiros não deverão ser pisados para evitar a compactação do terreno.

educativas realizadas nas escolas à publicação de guias específicos – os mais famosos são *Vinhos da Itália* e *Cantinas da Itália* –; da realização de feiras de periodicidade bienal onde é possível conhecer a ação do movimento e adquirir os produtos com a garantia **Slow Food** – como o *Salão do Gosto* realizado em Torino e *Cheese: as formas do leite*⁹, as duas manifestações mais importantes – à atuação concreta sobre o território através de dois projetos distintos mas ligados entre si: um, a “*Arca do Gosto*”, constituído pela identificação dos produtos em risco de desaparecimento e sua introdução em uma lista e o outro, os “*Presídios Slow Food*” que se constituem em uma atuação concreta sobre o território, através do contacto com o produtor, a individuação de um disciplinar de produção que respeite rigorosamente a forma de produção original/tradicional do produto. Para a difusão de suas idéias o movimento conta com vários periódicos, dos quais o mais importante é *Slow: mensageiro do gosto*, além de várias pessoas espalhadas pelo território sem as quais as ações necessárias à criação dos *Presídios* não poderiam se efetivar.

A quarta e última experiência de produção alternativa estudada constitui em si um mundo à parte. Tratam-se dos *Ecovilágios*, na maior parte dos casos constituídos por pequenas comunidades rurais compostas por um número normalmente pequeno de pessoas – em torno a vinte ou trinta – que decidem reconstruir uma forma de vida mais humana, através de um contacto mais harmonioso e respeitoso com a natureza. Algumas delas constituem-se na retomada – de forma atualizada – das comunidades camponesas de origem/matriz anarquista do século XIX: vivem em habitações coletivas; cultivam a terra conjuntamente; criam

⁹ Estas feiras se alternam entre si e a mais famosa é a *Salão do Gosto*.

um caixa comum onde são depositados todos os recursos financeiros disponíveis para a condução da comunidade; decidem tudo conjuntamente em assembléia e privilegiam a autogestão como forma de condução.

No que se refere à **comercialização alternativa**, podem ser citadas outras quatro experiências, igualmente diversas entre si, mas muito significativas e representativas do universo existente. A primeira, a do *Consórcio Radici*, que nasceu da mesma experiência do Vale do Rio Bisenzio, promovida pela ANCI TOSCANA em colaboração com as universidades toscanas. A atuação do consórcio consiste, de um lado, na identificação, pesquisa e estímulo à produção de produtos locais, com uma forte ligação ao território e cuja produção contribua à sua valorização e, de outro, na identificação de linhas de comercialização através da grande distribuição. Parceira principal do *Consórcio Radici* é a cadeia de supermercados Coop, uma cooperativa de consumo que possui um grande empenho social e de valorização do território.

A segunda experiência é aquela da *Fierucola* realizada em Florença. Iniciada há vinte anos, atualmente ela é composta por dois tipos de feiras: a *Fierucola* propriamente dita, realizada em algumas ocasiões específicas, e a *Fierucolina*, nascida devido ao sucesso alcançado pela *Fierucola*, realizada uma vez ao mês exceto no mês de agosto. A *Fierucola* nasceu como evocação da “festa da Reficolona”, uma festa camponesa de caráter religioso, típica da tradição fiorentina. Ela era realizada no dia 07 de setembro, em comemoração ao nascimento de Maria e em agradecimento às colheitas obtidas. Na sua origem, após os festejamentos religiosos se realizava uma feira com os produtos trazidos pelos camponeses, na Praça Santissima Annunziata, em frente à Igreja onde se realizavam as comemorações. A *Fierucola* atualmente reproposta se caracteriza como um

“mercado com uma moral”: somente os produtores que atendem a determinadas regras e que, via de regra, encontram-se fora do grande circuito de mercado, podem participar e expor os seus produtos. Tratam-se normalmente de pequenos camponeses que cultivam pequenas glebas de terra localizadas normalmente em áreas de difícil acesso, normalmente através da agricultura orgânica, contando para isso com poucos recursos financeiros. Os produtos apresentados na feira – tanto na *Fierucola* quanto na *Fierucolina*¹⁰ – devem ser de produção local, agrícola ou artesanal, e devem respeitar as antigas formas de produção da tradição camponesa.

A terceira experiência a ser citada é aquela realizada pelos “*Grupos de Compra Solidários*”. São grupos de tamanho variável, em geral não muito grandes, formados por pessoas que decidem contactar pequenos camponeses, na maior parte dos casos que dedicam-se a cultivos orgânicos, e comprar no atacado para depois dividir os produtos entre si. Para os casos de produtos não agrícolas os produtos preferencialmente adquiridos são aqueles do comércio equo e solidário, esta também uma experiência importante de comercialização alternativa. A idéia de fundo nestas duas experiências é aquela de valorizar a pequena produção camponesa local e de adquirir um maior controle sobre a qualidade e a proveniência dos produtos consumidos, uma forma particular de venda direta do produtor ao consumidor.

A quarta experiência – do *comércio equo e solidário* colocada em prática através da Ctm Altromercato – nasceu no final dos anos 80 e constitui-se hoje, na Itália e na Europa, uma realidade consolidada. Os produtos preparados nos países

¹⁰ A *Fierucolina* é realizada todo terceiro domingo de cada mês na Praça Santo Spirito, uma praça menor no centro de Florença.

subdesenvolvidos de acordo com regras específicas e em geral financiados pela própria Ctm são adquiridos a preços justos, distribuídos e comercializados em lojas específicas – as “Botegas do Mundo” ou “Világios dos Povos”. Estes possuem um número cada vez maior de consumidores, prova de que o número de pessoas atentas ao impacto social dos produtos que consomem, ou seja, que praticam o chamado *consumo responsável*, é em crescimento contínuo.

CONCLUSÃO

O empenho de uma parte da humanidade na busca de formas de organização da produção e comercialização capazes de permitir uma vida em bases mais harmoniosas com o ambiente é antigo. O mesmo período histórico que vê a hegemonia do sistema capitalista vê, contraditoriamente, as bases para a sua superação. É neste quadro que se inserem as experiências tratadas neste artigo, em sintonia com os preceitos normativos do desenvolvimento local auto-sustentável: a consideração das necessidades da comunidade que o realiza (*basic needs*); a necessidade de que ele seja *endogeno* e gerido pelos seus participantes (*self reliance*) e de que ele seja capaz de dialogar com o ambiente, propondo ações que objetivem a sua valorização (*ecodesenvolvimento*). Todas estas características são, na verdade, a retomada das propostas anarquistas da **autogestão** (*self reliance*); da busca da **satisfação das necessidades da população** insediada (*basic needs*); da necessidade de **considerar a terra como um patrimônio comum, do qual se servir em vantagem de todos e de cada um** (*ecodesenvolvimento*); da necessidade de se realizar a **integração**, sempre que possível, **das atividades agrícolas àquelas industriais de base local**, tentando assim fechar o ciclo

ecológico e, por quanto possível, alcançar a auto-suficiência (*economias de rede/fechamento do ciclo ecológico*). É em um cenário onde o crescimento econômico não é mais sinônimo de crescimento da riqueza e onde o território vem considerado como um patrimônio a ser valorizado, que tal conceito reemerge. As experiências estudadas reforçam a idéia que o movimento *no global* de Porto Alegre havia já acenado, de que *um outro mundo* não apenas é possível como *é já em construção*. Eu particularmente diria que tais experiências comprovam o fato de que ***um “outro mundo” nunca deixou de ser construído.***

BIBLIOGRAFIA

ANCI TOSCANA, **Agricoltura e territorio: un laboratorio per lo sviluppo sostenibile della Toscana. Manifesto per la sperimentazione di nuovi criteri di progettazione, pianificazione e regolamentazione degli spazi aperti.** Firenze: Edizioni Centro A-Zeta, 1996. 30 p.

CTM ALTROMERCATO. **Rapporto annuale 2001_2002.** Slp: sce. Sdp. 40p.

DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION, Verso uno sviluppo diverso. In: TAROZZI, A. (a cura di). **Visioni di uno sviluppo diverso.** Torino: Edizioni Gruppo Abele, 1990. p. 43-59.

FABBRICINI, F. e DE FALCO, A. La prima semina. “**AAM Terra Nuova**”, Firenze, n. 40 (178), p. 70-71, nov 2003.

FANFANO, D. **Agricoltura e territorio: un laboratorio per lo sviluppo sostenibile della Toscana, Val di Bisenzio. Rapporto finale.** Vernio: ed. dell'autore, Dicembre/2000. 67 p.

FUKUOKA, M. **La rivoluzione del filo di paglia: un'introduzione all'agricoltura naturale.** Intr. L. KORN. Firenze: Libreria Editrice Fiorentina, 1980. 198 p. (Quaderni D'Ontignano).

_____. **La fattoria biologica: teoria e pratica dell'agricoltura naturale.** 2a. ed. Roma: Mediterranee, 2001. 315 p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989. 148 p.

GRECO, P. Lo sviluppo sostenibile. In: _____. (a cura di). **Lo sviluppo sostenibile: dalla Conferenza di Rio de Janeiro alla Conferenza di Johannesburg.** Napoli: CUEN, 2002. p. 5-60.

HAZELIP, E. Agricoltura sinergica: ecco cos'è. "**AAM Terra Nuova**", Firenze, n. 34 (172), p. 20-23, abr 2003.

KROPOTKIN, P. A. **Campi, fabbriche, officine**. Ed. ridotta e aggiornata a cura di Colin Ward. Milano: Antistato, 1975. 237 p.

LA FIERUCOLA, Fierucola, fierucolona, ricolona. Storia di una festa fiorentina. "**la fierucola**", Firenze, s/n., p. 83, ago 2003.

_____. Norme della fierucola per i singoli settori. "**la fierucola**", Firenze, s/n., p. 71-79, ago 2003.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000a. 256 p.

_____. Identità del territorio e statuto dei luoghi. In: CINÀ, Giuseppe. (a cura di). **Descrizione fondativa e statuto dei luoghi**. Firenze: Alinea editrice, 2000b. p. 21-38.

_____. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. In: MAGNAGHI, Alberto. (a cura di). **Rappresentare i luoghi: metodi e tecniche**. Firenze: Alinea editrice, 2001. p. 13-51.

MARCOS, V. de. **Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade**. 1996, 400f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas: Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Alternative per la produzione agricola contadina nell'otica dello sviluppo locale autosostenibile**. 2004, 626f. Tese (Doutorado em Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la Valorizzazione del Patrimonio Storico Ambientale) - Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Genova, XVI Ciclo, Genova, Itália.

MEADOWS, D. H. et alli, **I limiti dello sviluppo**: rapporto del System Dynamics Group Massachusetts Institute of Technology (MIT) per il progetto del Club di Roma sui dilemmi dell'umanità. Milano: Mondadori, 1972.

OLIVARES, M. **Comuni, comunità ed ecovillaggi in Italia**. Roma: Maltempora Editore, 2003. 131 p.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 63-110

PALLANTE, M. **I monasteri del terzo millennio**. Slp: sdp, 15 p. (copia in formato elettronico fornita da ZAPPALÀ).

PETRINI, C. **Slow Food**: le ragioni del gusto. Roma/Bari: Gius/Laterza & Figli, 2003. 169 p.

QUAINI, M. Principi e metodi della descrizione fondativa del Piano Urbanistico Comunale di Levanto-Bonassola In: CINÀ, Giuseppe. (a cura di). **Descrizione fondativa e statuto dei luoghi**. Firenze: Alinea editrice, 2000. p. 89-102.

_____. **La mongolfiera di Humboldt**. Dialoghi sulla geografia, ovvero sul piacere di cercare sulla luna la scienza che non c'è. Reggio Emilia: Diabasis, 2002. 354 p.

RAFFESTIN, C. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In TURCO, A. **Regione e regionalizzazione**. Milano: F. Angeli, 1984, p. 69-82

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986. 207 p.

SAROLDI, A. **Gruppi di acquisto solidale**: guida al consumo locale. Bologna: EMI, 2001. 95 p.

SCHUMACHER, E. F. **Piccolo è bello**: uno studio di economia come se la gente contasse qualcosa. Milano: Mondadori, 1978. 249 p.

WCED (COMMISSIONE MONDIALE PER L'AMBIENTE E LO SVILUPPO, **Rapporto Brundtland**: Il futuro di noi tutti. Milano: Bompiani, 1988. 460 p.

WUPPERTAL INSTITUT FÜR KLIMA, **Per una civiltà capace di futuro**: contributo per uno sviluppo globalmente sostenibile. Bologna: EMI, 1996. 64p.